



Handwritten signature and initials in the top right corner.

**MUNICÍPIO DE VILA FLOR
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR**

**CONTRATO DE CONCESSÃO / CEDÊNCIA TEMPORÁRIA DA
EXPLORAÇÃO DO BAR DE APOIO AO CENTRO CULTURAL DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR**

Aos catorze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezassete, nesta Vila de Vila Flor, Edifício dos Paços do Concelho e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Vila Flor, perante mim, João Alberto Correia, Técnico Superior, na qualidade de Oficial Público, nomeado por despacho do Senhor Presidente de 21 de outubro de 2013, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na ausência da Oficial Pública Cláudia Isabel Vilares Carvalho Queijo, por se encontrar de férias, compareceram como outorgantes a fim de celebrar o presente contrato para *“Concessão/ Cedência Temporária da Exploração do Bar de Apoio ao Centro Cultural da Câmara Municipal de Vila Flor”*: -----

- PRIMEIRO OUTORGANTE: - FERNANDO FRANCISCO TEIXEIRA DE BARROS, Engenheiro Civil, casado, natural da freguesia de Santa Comba da Vilariça, concelho de Vila Flor, com domicílio necessário nos Paços do Concelho de Vila Flor, União das Freguesias de Vila Flor e Nabo, concelho de Vila Flor, que outorga na qualidade de **Presidente da Câmara Municipal de Vila Flor**, em conformidade com os poderes que lhe estão consignados na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em representação do Município de Vila Flor, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva n.º 506696464. -----

- SEGUNDO OUTORGANTE: - Vera Lisa Baptista de Carvalho, solteira, maior, residente na Avenida Vasco da Gama, Loteamento da Quinta da Pereira, 2º andar esquerdo, 5360-305 Vila Flor, portadora do Cartão de Cidadão n.º 11072767 3 ZY9, válido até 06/07/2019, emitido pela República Portuguesa, com o contribuinte fiscal n.º 211531308, que outorga na qualidade de



MUNICÍPIO DE VILA FLOR CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR

Gerente, com os necessários poderes, da Firma denominada **ÉPOCA DE SORRISOS – UNIPessoal, LDA.**, com sede na Avenida Vasco da Gama, n.º 76, 5360-305 Vila Flor, matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o número único de matrícula e pessoa coletiva **509606830** e com o capital social de 6.000,00 € (seis mil euros), o que verifiquei pela certidão permanente com o código de acesso: 6453-8123-8080, subscrita em 30/06/2016 e válida até 30/06/2018, impressa via internet em 05/07/2017, a partir do portal do Espaço Empresa e entregue pelo segundo outorgante. -----

- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante por ser do meu conhecimento pessoal, assim como a qualidade em que intervém e os poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e verifiquei a identidade do segundo outorgante pela apresentação do respetivo cartão de cidadão.-

- E, pelo **PRIMEIRO OUTORGANTE**, foi dito que:-----

- Precedido de publicitação através de Edital avulso da Hasta Pública 01/2017, datado de 24 de maio de 2017, afixado nos locais de estilo, em 24 de maio de 2017 e através do portal do Município de Vila Flor, em www.cm-vilafior.pt, a Câmara Municipal de Vila Flor, em reunião ordinária de 18 de abril de 2017, constante da Ata n.º 15, e a Assembleia Municipal de Vila Flor, na sua sessão ordinária de 28 de abril de 2017, conforme Certidão da Assembleia Municipal, com a mesma data, deliberaram aprovar o Caderno de Encargos e o Programa de Procedimento da **“CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO: (...) 4. BAR DE APOIO AO CENTRO CULTURAL – CADERNO DE ENCARGOS E PROGRAMAS DE CONCURSO”**, nas condições técnicas e jurídicas das aludidas deliberações, documentos que arquivo e que ficam a fazer parte integrante deste contrato.

- De harmonia com a deliberação tomada na reunião ordinária de 10 de julho de 2017 da Câmara Municipal que representa, foi aprovada a minuta do presente contrato para **“Concessão/ Cedência Temporária da Exploração do Bar de Apoio ao Centro Cultural da Câmara Municipal de Vila**



Handwritten signature and initials.

MUNICÍPIO DE VILA FLOR CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR

Flor”, nas seguintes condições e cláusulas: -----

- **PRIMEIRA:** - Constitui objeto deste contrato a concessão ou cedência temporária das instalações, equipamentos e mobiliário do Bar de Apoio ao Centro Cultural da Câmara Municipal de Vila Flor, sito na Av. Marechal Carmona, em Vila Flor e propriedade do Município de Vila Flor, para a exploração de atividades, por parte do segundo outorgante, que tenham em vista a atividade do estabelecimento de café e bar. -----

- **SEGUNDA:** - A renda mensal pela concessão da exploração do Bar de Apoio ao Centro Cultural da Câmara Municipal de Vila Flor, é de **1.200,00 €** (mil e duzentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a deliberação da Câmara Municipal de 19 de junho de 2017, que concessionou a exploração em causa pela última licitação existente e proposta pela segunda outorgante, aquando do ato público, que ocorreu no dia 12 de junho de 2017, a qual deverá ser paga no Balcão Único de Atendimento do Município de Vila Flor, até ao dia **8 (oito)** do mês a que se refere. -----

- **TERCEIRA:** - A concessão de exploração vigora pelo período de oito anos e quatro meses, a contar da data de 1 de julho de 2017, terminando em 31 de outubro de 2025, a qual poderá ser prorrogada por mais dois anos, de acordo com o previsto no artigo 3.º do Caderno de Encargos, aprovado pelo Executivo Municipal em 18 de abril de 2017. -----

- **QUARTA:** - O segundo outorgante, de forma a garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, prestou uma caução, no valor de **7.200,00 €** (sete mil e duzentos euros), correspondente ao valor de seis prestações mensais, com exclusão do IVA, através do Documento de Receita n.º DRF 00/333 e Guia de Receita n.º 934, datado de 06/07/2017, do Município de Vila Flor, conforme o definido no artigo 10.º do Caderno de Encargos, aprovado pelo Executivo Municipal em 18 de abril de 2017. -----



Handwritten signature and initials.

MUNICÍPIO DE VILA FLOR CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR

- **QUINTA:** - O segundo outorgante não pode ceder, por qualquer forma, os direitos e o objeto decorrentes da presente cedência, sem o prévio consentimento escrito da Câmara Municipal de Vila Flor, o qual deverá ser tomado através de deliberação do Executivo Municipal. -----

- **SEXTA:** - São deveres do concessionário os seguintes: -----

(i) As despesas do consumo de água, eletricidade, gás, telefone, TV Cabo, Internet, as quais não se encontram incluídas no valor da proposta do segundo outorgante; -----

(ii) O concessionário dispõe de 15 (quinze) dias, após celebração do presente contrato, para registo em seu nome das despesas descritas na alínea anterior; -----

(iii) As taxas de licenças ou autorizações administrativas inerentes ao funcionamento da loja; --

(iv) As multas, coimas ou outras penalidades decorrentes de infrações cometidas no âmbito do funcionamento do objeto da concessão; -----

(v) Garantir a prestação de um serviço de qualidade; -----

(vi) Manter a loja, zonas adjacentes, equipamentos fixos, equipamentos móveis e os utensílios em perfeitas condições de limpeza e higiene; -----

(vii) Não depositar vasilhame no espaço público; -----

(viii) Proceder à reparação ou substituição de todos os equipamentos que, por deficiente e inadequada utilização, não reúnam as condições de higiene, segurança e apresentação necessárias;

(ix) Proceder à imediata aplicação de todas as medidas e sugestões formuladas pelas autoridades de fiscalização alimentar, económica e sanitária (ASAE/GNR/Autoridades de Saúde); -----

(x) Praticar uma política de preços que não exceda o normalmente praticado em estabelecimentos congéneres; -----

(xi) Quando solicitado, por direito, devolver o objeto da concessão em perfeito estado de conservação, sem prejuízo do desgaste devido à ação do tempo e da utilização; -----



MUNICÍPIO DE VILA FLOR CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR

(xii) Contratar um seguro de responsabilidade civil que garanta a cobertura dos riscos e danos, direta ou indiretamente emergentes da sua atuação, no valor mínimo de 30% do valor anual do contrato; -----

(xiii) Contratar um seguro multirrisco, com cobertura de riscos elétricos, sobre os equipamentos municipais, a favor do Município de Vila Flor; -----

(xiv) Contratar um seguro de pessoal, afeto à prestação de serviços, o qual cobrirá acidentes de trabalho e doenças profissionais; -----

(xv) Fornecer prova documental, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, da celebração dos contratos de seguro suprarreferidos. -----

- **SETIMA:** - O valor da mensalidade devida pela Concessão de Exploração será objeto de atualizações anuais, através da aplicação do coeficiente definido em Portaria, o qual será comunicado ao concessionário até ao dia 30 de novembro de cada ano, para produzir efeitos a partir do dia 01 de janeiro do ano seguinte. -----

- **OITAVA:** - O segundo outorgante não pode proceder a quaisquer obras de beneficiação ou conservação do local cedido, sem prévio consentimento expresso da Câmara Municipal de Vila Flor. -----

- **NONA:** - Ficam a fazer parte integrante deste contrato, nos termos do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02 de outubro, o Caderno de Encargos, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de 18 de abril de 2017, constante da Ata n.º 15, e na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Flor de 28 de abril de 2017, todos os elementos patenteados em concurso e a proposta do segundo outorgante.

- **DÉCIMA:** - Quanto ao mais, aplicar-se-ão as especificações do caderno de encargos e, na parte não especificamente prevista, as normas do Código dos Contratos Públicos, que estabelece a



Handwritten signature and initials in the top right corner.

MUNICÍPIO DE VILA FLOR CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR

disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02 de outubro, prevalecendo, em caso de divergência, a ordem definida no n.º 2 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02 de outubro, conforme determina o n.º 5 do mesmo diploma. Em tudo o mais, o presente contrato é regulado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02 de outubro. -----

- **DÉCIMA PRIMEIRA:** - O presente contrato entra em vigor após a sua assinatura e tem efeitos retroativos a 1 de julho de 2017 e produzirá encargos financeiros para o concessionário a partir de 1 de agosto de 2017. -----

- Pelo **SEGUNDO OUTORGANTE** foi dito que aceita o presente contrato, nas condições exaradas, declarando serem estas de seu perfeito conhecimento, assim como as do Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Edital da Hasta Pública 01/2017, datado de 24 de maio de 2017. -----

- Assim o disseram, outorgaram e reciprocamente aceitaram.-----

- Para que conste de documento autêntico oficial e para os devidos efeitos, se lavrou o presente contrato, feito em dois exemplares, ambos valendo como original, destinando-se um exemplar a cada uma das partes, que depois de lido, explicado e achado conforme, vão ser assinados pelos outorgantes, e por mim, João Alberto Correia, na qualidade já referida, que o redigi. -----

ARQUIVO: Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Edital da Hasta Pública 01/2017, datado de 24 de maio de 2017 e Proposta do segundo outorgante. -----



MUNICÍPIO DE VILA FLOR
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR

- Verifiquei, por ter feito prova, que o segundo outorgante tem a sua situação regularizada, relativamente a contribuições para a Segurança Social e a dívidas por impostos ao Estado Português, assim como nada consta no seu Registo Criminal para a finalidade de Contratação Pública. -----

- Foi-me exibido o Alvará de Autorização de Utilização n.º 36/2017, com data de 14/07/2017, emitido para o espaço objeto desta concessão.

O 1º Outorgante,

O 2º Outorgante,

ÉPOCA DE SORRISOS
v. Balsa Balsa de Caudal
NIF 509 606 839
5060-305 VILA FLOR

O Oficial Público,

- Isento do Imposto de Selo de acordo com o artigo 99.º do Orçamento de Estado para 2010, que alterou a Tabela Geral do Imposto de Selo do Código do Imposto de Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de Setembro.